

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA ECONOMIA E NEGÓCIOS

MAYARA FELIX DE OLIVEIRA

ESCRAVIDÃO URBANA FEMININA NO RIO DE JANEIRO:

Uma visão através do Jornal do Commercio entre 1830 e 1850

Osasco - SP

2019

Mayara Felix de Oliveira

ESCRAVIDÃO URBANA FEMININA NO RIO DE JANEIRO:

Uma visão através do Jornal do Commercio entre 1830 e 1850

Monografia apresentada à Escola Paulista de Política Economia e negócios da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Profa. Dra. Cláudia Alessandra Tessari

Osasco - SP

2019

OLIVEIRA, Mayara Felix de

ESCRAVIDÃO URBANA FEMININA NO RIO DE JANEIRO: Uma visão através do Jornal do Commercio entre 1830 e 1850– Osasco – SP, 2019
49 p.

Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Paulo, Campus Osasco, Osasco – SP, 2019

Orientador (a): Profa. Dra. Cláudia Alessandra Tessari

Escravidão. Escravidão urbana. Escravidão de aluguel. Escravidão doméstica. Escravidão feminina. Escravidão - Rio de Janeiro (cidade).

Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora Claudia Tessari, pela paciência e o cuidado que dedicou nas leituras e sugestões durante a construção do projeto e da monografia. Agradeço também aos demais professores do curso de economia da Unifesp por cada aprendizado durante toda a graduação.

Sou imensamente grata a minha mãe, Elisangela Felix, minha heroína que me deu apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Meus agradecimentos a todos os amigos que fiz durante a graduação e que fizeram parte da minha formação. Especialmente a Tauane Raquel Pires, Pedro Quintiliano Paiva, Isadora Azambuja e Beatriz Maciel que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

O presente busca analisar aspectos da escravidão, em especial o trabalho escravo feminino em sua face urbana. O objetivo é caracterizar o trabalho escravo de aluguel feminino na cidade do Rio de Janeiro entre 1830 e 1850. Para isso foram utilizados os anúncios do Jornal do Comércio, disponibilizados online no site da Biblioteca Nacional. Foram pesquisados ao todo 467 anúncios (dos quais 167 envolviam aluguel de escravos), no que diz respeito às características, atividades desempenhadas pelos escravos, atributos e qualificações anunciadas etc.

Palavras-chave

Escravidão. Escravidão urbana. Escravidão de aluguel. Escravidão doméstica. Escravidão feminina. Escravidão - Rio de Janeiro (cidade).

ABSTRACT

This paper analyzes aspects of slavery, especially female slave labor in its urban face, in Rio de Janeiro in the first half of the 19th century. The objective is to characterize female slave labor in the city of Rio de Janeiro between 1830 and 1850. For this purpose, advertisements from the *Jornal do Comércio* were available online at the National Library website. A total of 467 ads (167 of which involved slave rent) were searched for characteristics, activities performed by slaves, attributes and qualifications advertised, etc

Key-words

Slavery. Urban slavery. Rental bondage. Domestic slavery. Female slavery. Slavery - Rio de Janeiro (city).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DEBATE DA HISTORIOGRAFIA	9
3. ALGUNS ASPECTOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	13
3.1 FORMAÇÃO DO PREÇO DOS CATIVOS	16
3.2 LIBERDADE DO CATIVO	18
3.3 ESCRAVIDÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	21
3.4 ESCRAVIDÃO URBANA	24
3.5 ESCRAVIDÃO FEMININA	29
4. ESCRAVAS DE ALUGUEL NOS ANÚNCIOS DO JORNAL DO COMMERCIO	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
FONTES	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da colonização portuguesa, até 1850, o tráfico de escravos africanos era a principal fonte de fornecimento e reposição de mão de obra cativa para as atividades econômicas das diversas regiões brasileiras.

Devido ao fornecimento fácil e barato de escravos exercido pelos comerciantes de escravos portugueses foi possível montar um sistema de exploração econômica que favoreceu tanto a cafeicultura quanto os núcleos urbanos no país.

Segundo Luís Carlos Soares (2007) “faltam estudos sobre a escravidão na cidade do Rio de Janeiro em todo o século XIX, mais precisamente até a Abolição da Escravatura no país, em 1888”. Segundo o autor, há uma necessidade de aprofundamento dos aspectos da escravidão no Rio de Janeiro.

O texto irá abordar o tema da escravidão urbana com uma perspectiva focada no trabalho feminino, com o objetivo de caracterizar a escrava na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1830 e 1850 por meio dos anúncios do *Jornal do Comércio*.

Trata-se, de um objeto de pesquisa vinculado a um tema de extrema relevância social, tendo em vista o caráter histórico e o recorte de gênero, ambos temas pouco estudados e ainda com muitas lacunas a serem preenchidas.

O período escolhido para esta pesquisa foi selecionado pois segundo Santos (2009) entre as décadas de 1820 e 1840 houve um boom de crescimento da população escrava na cidade, devido ao crescimento do tráfico negreiro para atender a demanda das atividades econômicas em ascensão, como a cafeicultura. Sendo assim, o período recortado é concomitante ao ápice de crescimento, dando-nos assim, insumo para pesquisa nos anúncios do *Jornal do Comércio*.

Várias leis começaram a ser elaboradas no Brasil, sob pressão da Inglaterra, na tentativa de extinguir com o tráfico de escravos. A primeira delas a Lei Feijó de 1831, coloca a atividade de tráfico de escravos para o Brasil na clandestinidade. A aprovação desta lei marca uma considerável queda na importação de escravos africanos, porém segundo Luís Carlos Soares (2007), “os traficantes se rearticularam e depois de 1835 voltaram ao seu negócio mais intensamente”. Segundo Soares (2007) por volta de 1840 o tráfico era praticado ostensivamente.

Em 1850, a lei Eusébio de Queirós que abolia definitivamente o tráfico de escravos foi aprovada. Com a total proibição do tráfico os preços dos cativos sobem e os negociantes de escravos passam a suprir a demanda por mão de obra com o tráfico interprovincial, ou seja, ao invés de trazer escravos da África começam a deslocar escravos das regiões em decadência para as áreas em ascensão econômica e das zonas urbanas para o campo. Sendo assim, a partir daí a presença de escravos nas cidades diminui.

Este trabalho está organizado em 3 seções, além dessa Introdução e das Considerações finais. Na primeira seção é abordado o debate da historiografia sobre o tema da escravidão urbana e escravidão feminina. Na segunda seção são apresentados alguns aspectos da escravidão, principalmente aqueles que mais se relacionam com o tema desta monografia, tais como formação do preço dos cativos, alforrias e suas possibilidades, escravidão urbana e feminina. Na terceira seção é apresentada a análise dos anúncios pesquisados.

2. DEBATE DA HISTORIOGRAFIA

“Podemos constatar que no meio século que vai de 1930 a 1980 produziu-se, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, uma massa não negligenciável de livros, artigos e teses universitárias inéditas” (MATTOSO, 2003, p.7) sobre a escravidão urbana. A forte presença de escravos no Rio de Janeiro, assim como em outras capitais do império, fez com que durante muitos anos os trabalhos sobre escravidão fossem voltados para compreensão da função do cativo dentro da lógica econômica colonial e devido a este motivo os historiadores se concentravam na análise da escravidão nos grandes latifúndios monocultores (SANTOS, 2009).

Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, publicado pela primeira vez em 1933, apresenta a importância da Casa Grande e da Senzala, em contraponto, na formação brasileira, tanto em um aspecto cultural quanto social. Por sua vez Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) analisa o país a partir de uma ótica econômica, salientando a formação econômica do povo brasileiro.

Como destacado por Santos (2009) estes autores focaram a análise da escravidão nos grandes latifúndios monocultores e, portanto, no mundo rural. Sendo assim, promoveram uma interpretação patriarcal onde o escravo era uma figura presente nas zonas rurais e acabaram por influenciar a historiografia do tema durante muitos anos.

Por volta de 1960 identifica-se um crescimento nas obras sobre a historiografia da escravidão urbana no Brasil e no resto do mundo. No quadro internacional as lutas pelos direitos civis dos negros e o processo de independência da África foram estopins cruciais para o aumento da produção de obras sobre a escravidão urbana. Estes acontecimentos “criaram novas perguntas que não podiam ser respondidas apenas com o exame da escravidão rural, ou então por meio da perspectiva que entendia o escravo como “coisa”” (SANTOS, 2016, p.509). “Em 1968 Ciro Flamarion apresenta uma teoria do modo de produção escravista específico para a América, essa teoria foi endossada por Jacob Gorender em 1978, essa nova abordagem questionava as anteriores” (BATISTA, 2008, p.3). A partir das lutas pelos direitos e da nova tese o escravo começou a ser estudado de maneira individual, “agora o escravo é parte de um sistema e esse cativo tem uma vida ativa

dentro dessa sociedade” (BATISTA, 2008, p.3). Sobre o tema Santos (2009) afirma que

no caso do Brasil, a reformulação historiográfica levou a um profundo questionamento da historiografia anterior fundada por Gilberto Freyre e reiterada por Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, que entendiam a escravidão no Brasil como um fenômeno marcadamente rural.

Com o *boom* historiográfico internacional verificado em meados da década de 1960, a escravidão urbana ganhou lugar na historiografia brasileira e internacional. Nesse momento, o estudo da escravidão urbana passou a fazer parte, de forma objetiva, das agendas internacionais de pesquisa (SANTOS, 2009, p.7 e 8).

Mary Karasch foi precursora ao lançar seu livro em 1972 estudando a escravidão urbana no Brasil, em *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Na obra a autora apresenta diversos aspectos da vida escrava no Rio de Janeiro desde a origem dos cativos até as atividades por eles realizadas. A autora foi inovadora pois escolheu um objeto de estudo que não havia sido abordado até então, o Rio de Janeiro, e por sua perspectiva de pesquisa adotada onde o escravo é o sujeito de sua história, se dispondo de um rico material de pesquisa (SANTOS, 2009).

“A partir da análise de Karasch é possível afirmar que os estudos sobre a escravidão urbana no Brasil se apresentaram como interessante campo investigativo e foram ganhando maior legitimidade” (SANTOS, 2016, p.511).

Em 1979, Mattoso publicou a primeira edição de *Ser escravo no Brasil* mergulhando no mundo dos escravos brasileiros, dissertando desde sua origem até os meios de alcançar a liberdade (MATTOSO, 1979).

Em 1982, João José Reis escreve sua tese de doutorado falando sobre a escravidão nos centros urbanos. Já um ano depois Leila Mezan “se propôs estudar a escravidão no Rio de Janeiro Joanino a partir da constatação da falta de intermediação na relação senhor escravo que era representada, no campo, pela figura do feitor” (SANTOS, 2009, p.9).

Marilene Rosa Nogueira da Silva em 1988 defende uma tese de mestrado buscando compreender o cativo na atividade de ganho. Neste mesmo ano, Luís Carlos Soares analisa as questões relacionadas ao trabalho dos escravos que vivem nas cidades (SANTOS, 2009). Também em 1988, Algranti por sua vez, se utiliza de

registros da polícia para fazer um breve estudo sobre os escravos e libertos na cidade do Rio de Janeiro.

“No final da década de 1980 e meados de década de 1990, a escravidão urbana já havia se firmado como campo de estudo para os historiadores brasileiros” (SANTOS, 2009, p.9). As produções sobre escravidão urbana neste período foram fortemente influenciadas pelos movimentos sociais, em destaque o movimento negro, e a redemocratização brasileira (SANTOS, 2016).

Diversos foram os aspectos abordados que tocavam o tema escravidão urbana como os tipos de trabalho escravo; as práticas de capoeira; a luta contra escravidão; a formação de quilombos; as fugas; a liberdade e a alforria; relações de compadrio; maneira de controlar os cativos; o censo de escravos nas cidades; o mercado de escravos (SANTOS, 2009).

Também quanto à escravidão na cidade do Rio de Janeiro, foram diversos trabalhos: “Tal diversidade, aliada ao uso de fontes variadas, à formulação de novas perguntas e análises criteriosas demonstram a relevância e as potencialidades da investigação da escravidão urbana no Brasil” (SANTOS, 2009, p.10).

Segundo Santos (2016), o Rio de Janeiro foi uma das cidades mais estudadas pela historiografia dado o grande número de escravos na cidade durante o século XIX e à grande quantidade de documentos existentes nos arquivos.

Obras mais recentes continuam a tratar da escravidão na cidade do Rio de Janeiro. Em 2008, Claudio de Paula Honorato disserta sobre o Valongo, mercado de escravos no Rio de Janeiro. (HONORATO, 2008). Ynaê Lopes dos Santos, em 2009, no 4º encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional, escreve sobre *A Escravidão urbana no mundo atlântico*, comparando Rio de Janeiro e Havana (SANTOS, 2009). A autora também publica em 2016 um *Exame crítico sobre a historiografia da escravidão urbana no Rio de Janeiro e Havana* (SANTOS, 2016). Também em 2016, Caio da Silva Batista, publica sobre *Aspectos da escravidão urbana: escravos ao ganho e de aluguel, comércio de cativos e demografia* (BATISTA, 2016). Em 2017, Flavia Souza abordou, em sua monografia de mestrado, *Criados, escravos e empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*, sobre o mundo do trabalho doméstico no Rio de Janeiro durante as últimas décadas do século XIX (SOUZA, 2017).

Porém, ainda assim a historiografia sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro e suas dinâmicas pode ser considerada pequena, assim como a historiografia sobre mulheres, se comparados a outros temas.

Em meados de 1970 algumas conquistas feministas tornaram possível trazer à tona novas abordagens que permeavam a história feminina, no entanto, segundo Telles (2011) a história das mulheres, tanto libertas quanto escravas, foi silenciada durante anos na historiografia tradicional. Faltam pesquisas sobre raça e gênero e segundo Caldwell (2002)

a ausência da raça na maior parte dos estudos do mulher no Brasil sugere que, para um melhor entendimento da diversidade das experiências das mulheres brasileiras, é preciso dar um maior enfoque para “diferença” racial e para relação entre raça e gênero (CALDWELL, 2002, p.1).

Em 2003, Carvalho faz uma crítica à historiografia tradicional e patriarcalista, em seu texto *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Segundo o autor, o conceito tradicional muito utilizado por Gilberto Freyre não faz referências às mulheres, sejam libertas ou escravas.

Apesar da maior parte da historiografia sobre o sistema escravista se concentrar no estudo do trabalho masculino, o problema do trabalho doméstico feminino é inseparável da própria noção da escravidão (CARVALHO, 2003, p.46).

Dois trabalhos tradicionais que permeiam o assunto mulheres e escravidão são obras de Maria Odila e de Sandra Grahán. Em 1983, Maria Odila Leite de Silva Dias faz a publicação de *Mulheres sem história* (DIAS, 1983), seu trabalho pioneiro sobre mulheres, logo seguido por *Quotidiano e Poder* (DIAS, 1984) que disserta sobre os papéis sociais das escravas e forras em São Paulo. Sandra Grahán (1992) abordou em sua obra *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910 o cotidiano de mulheres livres e escravas em ofícios domésticos* (TELLES, 2011).

Podemos citar aqui algumas outras teses sobre mulheres e escravidão. Maciel Henrique Carneiro da Silva (2004) sobre as criadas e vendeiras no Recife entre as décadas de 1840 e 1870, Francisco Antônio Nunes Neto (2005) sobre as lavadeiras em registros literários da década de 1930, Bárbara Canedo Martins (2006) sobre as amas de leite no mercado de trabalho do Rio de Janeiro durante as décadas de 1830 e 1880, Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (2006) sobre as amas de

leite na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1888, Lorena Féres da Silva Telles (2011) sobre as experiências sociais de mulheres escravas, libertas e descendentes livres, na cidade de São Paulo, durante o século XIX, no processo social da transição do trabalho escravo para o livre (SOUZA, 2017), Camilia Cowling (2014) sobre relação entre espaço urbano e trajetórias femininas, comparando a realidade das mulheres “de cor” no Rio de Janeiro e em Havana (SANTOS, 2016).

3. ALGUNS ASPECTOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A implementação da mão de obra escrava no Brasil se deu devido ao sistema de plantation - grandes culturas em grandes extensões de terra voltadas a abastecer o mercado externo. Com o crescimento das atividades econômicas na colônia algumas poucas cidades começam a se desenvolver e servir como complemento ao campo, e, nestas, torna-se comum a presença de cativos. Sobre isso Batista (2008) afirma,

a partir do século XVII a colônia começa a se interiorizar o que promove a criação de vários núcleos urbanos, decorrente da mineração, da pecuária ou por outros motivos, já no século XVIII podemos encontrar no Brasil várias cidades de potes médios e grandes. [...] Apesar do caráter agrário da economia colonial, mesmo após a independência, os centros urbanos tinham um caráter essencial na economia, pois serviam de entrepostos comerciais, e no âmbito político, pois eram sede do poder administrativo e os escravos formavam nelas uma parcela fundamental da população (BATISTA, 2008, p.5).

A cidade do Rio de Janeiro experimenta um crescimento considerável após a vinda da família real em 1808. Junto dela desembarcaram na cidade aproximadamente quinze mil pessoas, indivíduos ligados ao comércio, corpo diplomático e burocrático além de pessoas que procuravam novas oportunidades na capital do império (ALGRANTI, 1988). Segundo Alencastro (2011):

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas, funcionários continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes, após o ano de 1808. Concretamente, além da família real, 276 fidalgos e dignitários régios recebiam verba anual de custeio e representação, paga em moeda de ouro e prata retirada do Tesouro Real do Rio de Janeiro. [...]

No total, pelo menos 15 mil pessoas transferiram-se para o Rio de Janeiro. [...]

A parcimônia de dados disponíveis não permite que se meça precisamente o fluxo migratório em direção à nova corte sul-americana. Mas é possível captar mudanças comparando os dados dos censos efetuados na cidade em 1799 e 1821. Entre uma e outra data, a população urbana, excluídas, portanto, freguesias rurais do município, subiu de 43 mil para 79 mil habitantes. O contingente de habitantes mais

que dobrou, passando de 20 mil para 46 mil indivíduos (ALENCASTRO, 2011, p.12 e 13).

A transferência da corte para o Brasil transformou o Rio de Janeiro no centro de decisões políticas e econômicas, e no principal porto do país. O aumento da população e a abertura dos portos e consequentemente fim do monopólio estimularam as atividades econômicas e a criação de novos setores de serviços (ALGRANTI, 1988).

No decorrer do século XIX, os cativos representam da metade a dois quintos do total de habitantes da corte (ALENCASTRO, 2011). O aumento da população escrava é estimulado pela importação de cativos para atender ao crescimento da demanda de mão de obra nos cafezais. Segundo Soares (2007):

A cafeicultura não só estimulou o crescimento do tráfico africano, como também fez com que se concentrasse no porto do Rio de Janeiro a maior parte dos escravos importados, que eram distribuídos posteriormente para as regiões cafeeiras, seus núcleos urbanos e áreas de atividades econômicas que se articulavam à cafeicultura (cultura de gêneros de subsistência, mineração, criação de animais e agro manufatura açucareira) (SOARES, 2007, p.39).

Os cativos, que eram a principal fonte de mão de obra no Brasil, não trabalhavam somente nas fazendas de café e cana-de-açúcar, estes também exerciam atividades nas cidades tais como trabalho doméstico, carregamento nos portos, venda de variados produtos, trabalho em fábricas, ou até então atividades especializadas como carpintaria, barbearia etc. (KARASCH, 2000).

No início do século XIX, os interesses da Inglaterra em relação à extinção do tráfico negreiro intercontinental se concretizam e os ingleses começam a pressionar o Brasil pelo fim do tráfico de cativos. Para eles, o fim não só do tráfico negreiro, mas como da escravidão em si traria benefícios ao comércio inglês.

Neste contexto foi assinada a Convenção de 1826 que definia um prazo de três anos para extinguir o tráfico internacional. Após o vencimento da convenção a atividade seria considerada pirataria.

O papel da Inglaterra é fundamental na determinação do fim do tráfico atlântico. Pressionou o Brasil de variadas formas, dentre elas com inspeções rigorosas em alto-mar, chegando a apreender navios suspeitos de comércio ilegal.

O Estado imperial brasileiro, mesmo compactuando com o tráfico atlântico e com um mercado interno ainda muito dependente dele, entendia os limites deste tipo

de atuação. Ao mesmo tempo que via o tráfico como elemento fundamental na manutenção da mão de obra escrava, especialmente nas fazendas de café, percebia o quão insustentável seria politicamente a continuidade desta estrutura.

Apesar da pressão inglesa, o Brasil não tinha condições de acabar com o tráfico de uma hora para outra. A mão de obra escrava era responsável não só pela lavoura, mas também por outros trabalhos, inclusive nas cidades (SOARES, 2007).

Já em 1831, havia sido aprovada uma lei que previa penas aos traficantes de escravos e que colocava livres todos que entrassem no país a partir de então. Essa lei, segundo Boris Fausto, foi considerada uma lei “para inglês ver”, pois não foi efetivamente colocada em prática.

Entre 1815 e 1830, o tráfico sofre sensível diminuição devido às pressões externas sofridas e posteriormente pela clandestinidade da atividade, porém a partir de 1833 volta a crescer. Entre 1801 e 1815 a média anual de tráfico de escravos era de 5.500 a 5.700 cativos, e entre 1840 e 1851 a média era de 5.154 a 5.904 cativos. Analisando estes dados, podemos perceber que as médias anuais de tráfico de escravos no país são semelhantes para o período onde a atividade era livre e para o que a atividade se tornará clandestina (MATTOSO, 2003).

Em 1845 a Lei Bill Aberdeen foi promulgada pela Inglaterra, proibindo o tráfico de escravos africanos e assim, aumentando ainda mais a pressão sobre o império.

Em 1850, é aprovada a Lei Eusébio de Queirós. Esta lei teve como objetivo proibir o tráfico atlântico de escravos. A aprovação da Lei Eusébio de Queirós é bastante significativa para o contexto do século XIX no Brasil, pois esta é a primeira das três leis que aboliram gradualmente a escravidão no Brasil¹.

Com o fim do comércio atlântico de escravos, houve um aumento do tráfico interno, deslocando a mão de obra dos centros urbanos e zonas rurais em decadência para as zonas em ascendência. Sendo assim, nota-se um grande deslocamento da mão de obra urbana para as lavouras de café.

¹ As outras leis que irão abolir gradualmente a escravidão no Brasil são a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885).

3.1 FORMAÇÃO DO PREÇO DOS CATIVOS

O preço pago pelo cativo era determinado de acordo com uma série de variáveis. Algumas dessas variáveis eram alheias ao escravo, tais como a concorrência, especulação, facilidade de venda e conjuntura econômica e, outras variáveis eram próprias do escravo tais como idade, sexo, saúde e qualificação profissional (MATTOSO, 2003).

A concorrência por trabalho escravo se inicia primeiramente entre as grandes potências que vão ao continente africano em busca de cativos. Nessas circunstâncias, chegar primeiro nas terras africanas, cair nas graças dos chefes nativos e ter mercadorias valiosas para troca, fazem com que algumas nações ganhem direitos preferenciais no mercado de escravos. Podemos chamar atenção especial para o fumo, uma mercadoria brasileira bastante cobiçada, que trouxe algumas vantagens aos portugueses na África. Sendo assim, podemos dizer que os países que possuíam alguma vantagem nesta corrida por escravos acabavam levando os melhores exemplares de cativos e por vezes até pagando melhores preços (MATTOSO, 2003).

Já durante o percurso percorrido com os escravos um importante fator determinante do preço era a distância, ou seja, quanto menor a distância entre o porto de partida e o porto de chegada menor o risco da viagem e sendo assim menor o preço estabelecido para aquele lote de escravos .

Por fim, dentre as variáveis de formação de preço alheias ao escravo está a demanda, que variava conforme a função da produção. Pode-se tomar o exemplo da descoberta do ouro na região das minas, com o aumento da demanda por mão de obra os preços dos escravos subiram, a ponto de escravos de outras localidades serem vendidos para suprir a necessidade na exploração de metais.

Quanto às variáveis próprias do escravo, destacavam-se sexo, idade, saúde, cor e qualificação profissional, como já mencionado. Durante o século XVII, o sexo possuía pouca importância sobre o preço do cativo, isso dada a quantidade de escravos que entrava no país. Com o aumento do tráfico torna-se comum a preferência por cativos do sexo masculino, visto a sua maior resistência física, força

e a crença de que homens envelheciam mais devagar que mulheres (MATTOSO, 2003).

A idade também era uma variável que interferia no preço do escravo, podemos inferir isso baseando-se nos registros que tendiam a diferenciar velhos, adultos, adolescentes e crianças (MATTOSO, 2003). Quanto à saúde, é certo que quanto mais saudável e robusto fosse o escravo, maior seria seu preço de venda.

“A cor da pele e a origem do empregado serviam à ostentação” (CARVALHO, 2003. P.57) desta forma, escravos de pele mais clara eram geralmente mais caros frente aos demais.

Outra variável que interferia no preço do escravo faz referência a que tipo de trabalho ele era capaz de executar, ou seja, pagava-se mais por escravos com um ofício (MATTOSO, 2003).

3.2 LIBERDADE DO CATIVO

Para os escravos no Brasil existiam diversas formas de alcançar a liberdade, como a fuga ou até a morte. Porém, existia uma única forma legal de se apropriar da liberdade, a alforria. Segundo Mattoso (2003),

a liberdade pela alforria é um dispositivo legal. Pode ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade em ato particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas se não há uma ata faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. Em geral, esta é concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, se ele é analfabeto. Para evitar contestação, tornou-se hábito que o documento fosse registrado no cartório em presença de testemunhas (MATTOSO, 2003, p.57).

O escravo poderia conseguir a alforria de algumas formas diferentes, por exemplo, um escravo das minas que encontrasse um diamante de mais de vinte quilates seria imediatamente alforriado. Outras formas de chegar à alforria era o escravo conseguir atravessar as fronteiras do império, servir de soldado, oferecer ao seu senhor por uma quantia fixada para a sua alforria ou então cair nas graças do seu senhor e conquistar a alforria de bom grado (MATTOSO, 2003).

Em estudo realizado por Luís Carlos Soares em seu livro *O povo de “cam” na capital do Brasil*, foi organizada uma amostragem das alforrias registradas em 20 cartórios, entre os anos de 1808 e 1850. “Das 589 alforrias registradas no período, 371 (62,99%) foram concedidas a título gratuito pelos próprios senhores, enquanto que 218 (37,01%) tiveram, como contrapartida, uma indenização que lhes foi paga” (SOARES, 2007, p.277).

Como podemos ver no estudo realizado a concessão de alforria pela vontade dos próprios senhores era a forma mais frequente de libertação dos cativos, fazendo-nos crer que não era fácil para os escravos comprarem a sua liberdade, eram poucos os casos que conseguiam reunir a quantia necessária para tal (SOARES, 2007).

Para os casos em que o escravo juntava a quantia necessária para compra da alforria, o proprietário do escravo só teria de fato interesse em alforriá-lo se existisse oferta no mercado para substituir aquele cativo. Nesse caso o senhor

poderia substituir um escravo envelhecido pelo trabalho por um mais jovem e as vezes até lucrar com a troca (MATTOSO, 2003).

Casos como o de Chica da Silva², onde o envolvimento entre escrava e senhor acarretava a alforria da negra (CARVALHO, 2003) eram mais comuns entre as cativas, que prestavam serviços domésticos e assim estavam próximas de seus proprietários, tendo então a chance de conquistar a alforria de bom grado.

Porém, para alguns escravos a alforria seria inalcançável, pois segundo Mattoso (2003),

a lei prevê quatro casos em que a libertação do escravo é proibida: quando, por ocasião da venda do negro, particular ou em leilão, o proprietário estabelece taxativamente que ele jamais poderá ser alforriado. [...] o segundo caso de proibição previsto em lei refere-se à outorga de uma carta de alforria que prejudique os credores do senhor [...] em terceiro lugar, quando as cartas de liberdade outorgadas por testamento são consideradas nulas [...] finalmente, o caso mais interessante refere-se aos escravos dados em caução ou hipoteca. Um bem móvel como qualquer outro, objeto empenhável sem qualquer restrição, o escravo hipotecado pode “possuir” a quantia necessária à sua alforria e não ter nunca o direito de ser libertado (MATTOSO, 2003, p.181 e 182).

Dentre os escravos que conseguiam alcançar a liberdade os crioulos, mestiços, mulheres e crianças eram mais numerosos, visto que o preço dos escravos homens adultos eram mais altos frente aos demais e, portanto, sua alforria era mais cara e mais dificultada pelos senhores (MATTOSO, 2003).

Segundo Mattoso (2003), as cartas de alforria eram concedidas mais facilmente as escravas devido a três principais motivos: primeiro, como já mencionado, pelo preço das cativas que costumava ser menor que o de escravos homens, sendo assim era mais barato substituí-las; segundo, porque era comum mulheres trabalharem nas atividades de ganho, as conhecidas ganhadeiras, o que lhes permitia juntarem o dinheiro necessário para comprar suas liberdades; terceiro, além do ganho, era muito comum mulheres exercerem as atividades domésticas, possibilitando que vivessem mais próximas do seu senhor, facilitando a conquista da alforria. Segundo o estudo realizado por Soares (2007) “entre as 371 alforrias

² Chica da Silva, foi uma escrava, posteriormente alforriada, que viveu em MG.

gratuitas de 1808-1850, as de mulheres chegavam a 232 (62,53%) e as de homens a 139 (37,47%) (SOARES, 2007, p.278).

Também sobre a alforria feminina Carvalho (2003) diz que “os escravos homens preferiam alforriar, primeiro, a suas companheiras, filhas e irmãs, garantindo assim a liberdade dos descendentes” (CARVALHO, 2003, p.72). Outro ponto levantado pelo autor é que a liberdade feminina era mais aceita uma vez que devido a sua condição, como mulher negra, esta já estaria vedada de vários espaços econômicos, ou seja, mesmo livres as negras não poderiam transitar livremente por todos os espaços.

Segundo Soares (2007) entre 1808-1850 dos 371 escravos alforriados a título gratuito, 176 (47,44%) eram mestiços ou crioulos enquanto 111 (29,92%) eram africanos e os 84 restantes não tinham sua origem declarada. Esta predominância de escravos “brasileiros” entre os alforriados, era reflexo da posição de superioridade que estes tinham frente aos escravos africanos. Ainda segundo o autor, estes escravos eram destinados às melhores tarefas (serviços domésticos e ganho de rua por exemplo) pelos seus proprietários e guardavam uma relação de maior intimidade com seus senhores e dada a posição privilegiada conseguiam com maior facilidade a alforria de bom grado.

Também no estudo de Soares (2007) podemos observar que as crianças também eram numerosas dentre os forros, dentre os 371 estavam com certeza 74 crianças. “Os senhores, querendo premiar o bom comportamento e a dedicação de suas cativas africanas, acabavam concedendo a liberdade a seus filhos menores, crioulos e mestiços” (SOARES, 2007, p.279). Também no caso de crianças mestiças nascidas das relações de senhores com escravas Carvalho (2003) declara que, a quantidade de crianças listadas é devida a alguns senhores darem a alforria por laços afetivos, remorso, ou simplesmente pela vergonha que seria ter um filho cativo.

Após a segunda metade do século XIX, foram promulgadas leis que permitiam a alforria de algumas categorias de escravos. A lei do Ventre Livre de 1871, onde toda criança filha de uma escrava que nascesse após a lei seria livre e a lei dos Sexagenários de 1885, onde todo escravo a partir de 60 anos seria livre. Por fim, em 1888 foi abolido por completo o trabalho escravo no Brasil.

3.3 ESCRAVIDÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Entre 1780 até meados de 1830 a liberdade do tráfico negreiro era desmedida e os mercados de escravos eram alimentados demasiadamente. Devido a facilidade do comércio de cativos, o Brasil, diferente de outros países escravistas, montou um sistema de exploração econômica que não contava com a reprodução dos escravos. Segundo Soares (2007),

dispondo de um fornecimento regular e barato de escravos, devido ao controle exercido pelos comerciantes negreiros portugueses nos portos africanos de Angola, Guiné e Moçambique, os grandes plantadores e mineradores do século XVIII montaram um sistema de exploração econômica que não permitiu que a população escrava de país se auto reproduzisse na mesma proporção que a população livre (SOARES, 2007, p. 38).

A prosperidade da atividade cafeeira, estimulou o crescimento da importação de cativos para o Brasil e fizeram com que se concentrasse no porto do Rio de Janeiro a maior parte dos escravos importados, que eram distribuídos posteriormente para as regiões rurais, seus núcleos urbanos e áreas de atividades econômicas que se articulavam a elas (SOARES, 2007).

Não se sabe ao certo quantos cativos entraram no Rio de Janeiro por volta de 1820, porém estima-se que eram grandes levadas. Segundo Soares (2007),

com relação à importação de trabalhadores escravos, não existem estimativas seguras, mas pode-se afirmar, com base no relato de alguns contemporâneos, que grandes levadas de cativos foram introduzidas no Rio de Janeiro naquele período (1808 e 1817), sobretudo devido às necessidades de mão de obra da lavoura cafeeira em expansão. Todavia, uma parte destes escravos permaneceu na cidade, onde foi empregada nos transportes de carga e passageiros, no comércio ambulante, em atividades industriais, nos serviços domésticos etc. (SOARES, 2007, p. 26)

Segundo dados do recenseamento realizado em 1821 a população do Rio de Janeiro possuía 116.444 habitantes, sendo que 86.323 (74,14%) deste viviam na zona urbana. Destes mais de oitenta mil habitantes da cidade 45.947 (53,23%) eram livres e 40.376 (46,77%) eram escravos:

Assim, os escravos chegavam a quase metade da população da cidade, e este avultado número já fazia

do Rio de Janeiro a cidade com o maior contingente de escravos do continente americano, e sua população total já a colocava como a maior cidade da América escravista no século XIX (SOARES, 2007, p.27).

O cais do Valongo localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, era o principal local de desembarque e comércio dos escravos africanos no Sudeste. Estima-se que este era capaz de abrigar cerca de 15 mil cativos.

No Valongo ocorriam os leilões públicos e as vendas privadas de escravos, que de acordo com a historiografia brasileira são os dois principais métodos de venda de escravos. Segundo Soares (2007),

o Valongo era o grande centro redistribuidor de escravos para o Município da Corte e as províncias do Sudeste Brasileiro (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Depois da obtenção da licença para o desembarque dos escravos, do seu registro e do pagamento dos direitos sobre a entrada no país, os traficantes os conduziam para o mercado da Rua do Valongo (SOARES, 2007, p.40).

Após chegarem no Brasil e irem para o Valongo os escravos permaneciam lá até a sua venda. Soares (2007) analisa estatísticas de Goulart e de Karasch, reafirmando a concentração de cativos no Rio de Janeiro,

Segundo Maurício Goulart, dos 980.000 cativos que chegaram ao Brasil entre 1801 e 1839, 570.000 (58,16%) foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro [...]. Segundo estimativa de Mary C. Karasch, que calcula que 895.949 escravos entraram pelo porto do Rio de Janeiro entre 1800 e 1850, se os números de Goulart para o mesmo período forem levados em consideração (1.350.000 escravos), para as outras regiões teriam chegado apenas 33,63% do total (454.051 cativos), enquanto que o Rio de Janeiro concentraria 66,37%. Podemos também repetir este procedimento, comparando os números de Karasch para o Rio de Janeiro com as estimativas de Taunay para o mesmo período. Dos 1.600.000 escravos calculados por Taunay, apenas 44% (704.051) foram desembarcados nos portos de outras regiões do Império brasileiro, chegando ao Rio de Janeiro 56% do total (SOARES, 2007, p.39).

Após a fase de ápice do tráfico negreiro, se inicia uma fase de depressão da atividade, e em 1830, o tráfico passa a ser uma atividade clandestina. Apesar da clandestinidade da atividade os escravos continuam a chegar da África em carregamentos sempre mais volumosos a partir de 1820, tendo inclusive se ampliado enquanto persistiu a repressão inglesa após 1830 (RODRIGUES, 2011).

O Mercado do Valongo é fechado em 1831, devido a lei de clandestinidade do tráfico de negros. Nos anos seguintes a entrada de cativos no Brasil diminuiu consideravelmente, porém por volta de 1835 os traficantes e negociantes de escravos desenvolvem uma série de técnicas para enganar os navios ingleses, que salvaguardavam o Atlântico tentando cercear o tráfico, e as atividades retomam mais intensamente (SOARES, 2007).

Após a clandestinidade da atividade se alteram as condições do tráfico, estas se tornam mais atroztes uma vez que, os navios passam a navegar ainda mais abarrotados, devido ao receio dos capitães negreiros em enfrentar a repressão britânica nos mares (RODRIGUES, 2011). Os escravos que antes eram desembarcados nos portos, passam a descer em locais de desembarque não oficiais e serem negociados de formas mais discretas em pequenos lotes, através de leilões escondidos.

Também se tornou comum a abertura de casas de negócios menores, diferente do antigo mercado do Valongo, para compra, venda e aluguel de escravos. “Em 1849, a Câmara Municipal divulgou uma relação com 18 casas de negócios com escravos da Corte que, além de não terem licença para funcionar, chegavam ao cúmulo de anunciar diariamente suas atividades nos periódicos da cidade” (SOARES, 2007, p.43).

A mudança no trânsito dos escravos, no local de desembarque e na venda destes fazem parte das técnicas dos traficantes e negociantes de escravos para ludibriar os ingleses. Segundo Alencastro (2011) “os fluxos do comércio externo brasileiro conhecem uma rápida e decisiva reorientação. Considerando-se apenas os anos 1841-50, constata-se que cerca de 335 mil africanos haviam sido ilegalmente importados no Império” (ALENCASTRO, 2011, p.36).

Em 1849, a população do Rio de Janeiro era de 266.466 habitantes, sendo 60% livres e 40% escravos. Na cidade propriamente dita havia 205.906 sendo 56% livres, 5% libertos e 39% escravos (SOARES, 2007). Ou seja, apesar da clandestinidade da atividade e do fechamento do mercado do Valongo a proporção de cativos na cidade se mantinha quase que a mesma do censo de 1821. Segundo censo de 1849 praticamente um em cada três habitantes do município do Rio de Janeiro tinha nascido na África (ALENCASTRO, 2011).

Em 1850, é assinada a lei Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso na Câmara em 28 de setembro de 1850 que torna o tráfico de escravos oficialmente ilegal. Com

maior foco do governo inglês na repressão ao tráfico ilegal de escravos “o comércio de escravos no Rio de Janeiro sofreu as fortes consequências do fim do tráfico de escravos africanos em 1850” (SOARES, 2007, p.48).

Dado a extinção da entrada de novos cativos, houve uma enorme elevação dos preços destes. Devido a dependência da mão de obra escrava, os negociantes voltaram a sua atenção para tentar suprir com escravos as atividades mais lucrativas, como as fazendas cafeeiras. Estes então se lançaram sobre os escravos nos centros urbanos, praticando o tráfico interprovincial, diminuindo paulatinamente a presença escrava nas cidades e também sobre as regiões em depressão econômica do norte e nordeste para suprir a necessidade dos novos centros em desenvolvimento no Sul e no centro. A cidade do Rio de Janeiro, portanto, passa também a sentir os impactos do tráfico interprovincial e da migração escrava das cidades para as atividades rurais.

3.4 ESCRAVIDÃO URBANA

No meio urbano, além dos escravos que realizavam trabalho diretamente para seus proprietários, existiam outras formas de ocupação, que não eram comuns no campo, estas eram o aluguel e o ganho.

Os escravos de aluguel tinham seus serviços oferecidos pelo seu senhor a terceiros, que podiam alugá-lo por dia ou até por períodos. Estes cativos desempenhavam as mais diversas atividades, tais como carregadores, padeiros, cocheiros, cozinheiros, lavadeiras, sapateiros, amas de leite, vendedores etc. Segundo Souza (2017):

É fenômeno conhecido pela historiografia da escravidão urbana brasileira que o aluguel de escravos era prática comum em cidades oitocentistas. Ao contrário da chamada escravidão de ganho, o aluguel não era uma modalidade exclusiva dos espaços urbanos escravistas [...]. Contudo, o aluguel de cativos parece ter se disseminado de modo particular nas cidades, onde tornou-se um grande negócio da escravidão (SOUZA, 2017, p.206).

Segundo Luiz Carlos Soares (2007), no século XIX a prática de aluguel de escravos se dissemina, integrando a dinâmica econômica da capital. Esta prática era muito lucrativa para os senhores de escravos, uma vez que estes continuavam detendo a posse sobre escravo, só realizavam uma transferência temporária do cativo para o locador, que por sua vez ficava responsável por todos os cuidados que o cativo demandava durante aquele determinado período.

“Muitos senhores viam no aluguel de seus cativos, para terceiros, uma alternativa segura de obtenção de renda para sustentar suas famílias, aumentar seu patrimônio e manter o seu ócio e status social” (SOARES, 2007, p.53 e 54). Alguns senhores de escravos adquiriam escravos e os treinavam com algum ofício para poder colocá-los para aluguel e assim obter renda com eles. Por volta de 1830, tornou-se comum os anúncios no *Jornal do Commercio* de “escolas” para escravos, onde lhes era ensinado um ofício (SOARES, 2017). Como é sabido escravos que possuíam algum ofício eram ofertados a preços mais altos frente aos demais no mercado de escravos. Sendo assim, a ideia de treinar um cativo em algum ofício tinha o intuito de rentabilizar mais em cima de seu aluguel.

A escravidão de ganho, era uma modalidade tipicamente urbana de emprego de mão de obra escrava, onde os escravos eram obrigados a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes. Tudo que o cativo conseguisse além da quantia estabelecida era apropriado por este, e poderia ser usada para compra da alforria ou para morar sozinho, por exemplo (SOARES, 1996).

Em geral, os escravos ganhavam dinheiro com vendas ou então oferecendo seu trabalho nas ruas. Em sua obra *As ganhadeiras*, Cecília Moreira Soares fala sobre as vendeiras e como elas faziam parte do pequeno comércio urbano. Estas mulheres recebiam os produtos de pescadores, caçadores e colhedores de frutas etc. para vender diretamente no mercado, e também com certa frequência se aliavam a negros para receptarem produtos furtados para revendê-los (SOARES, 1996).

Esta categoria gozava de notável autonomia, uma vez que este passava os dias nas ruas da cidade buscando empregos em diferentes serviços (MACHADO, 2004). Existiam cativos que moravam com seus senhores e se recolhiam ao findar do dia, quando lhes entregava o valor acordado da diária. Em outros casos os cativos moravam sozinhos na cidade, alugando quartinhos e pagando, além das diárias a seus senhores, todos os custos de alimentação e moradia.

O escravo de ganho realizava longas jornadas de trabalho tentando angariar a quantia exigida pelo seu proprietário. É importante destacar aqui que as quantias exigidas nas diárias eram altas. Segundo Soares (1996) “não era tarefa fácil para o escravo pagar a diária ou a semana do senhor” (SOARES, 1996, p.57). Devido a estas altas diárias cobradas dos escravos de ganho, em alguns casos para consegui-las estes cativos cometiam crimes, como o furto, a prática da prostituição e da mendicância (SILVA, 1998).

A esse respeito das atividades de ganho e aluguel em âmbito urbano Machado (2004) declara:

Muito disseminado na cidade estava o uso do escravo de ganho e de aluguel. Sendo o escravo ao ganho aquele que se lançava às ruas por própria conta, em busca do ganho de cada dia, prestando contas ao senhor ou senhora ao final do dia ou em dias estipulados, sua inserção se contrapunha àquela do escravo meramente alugado pelo seu senhor e que trabalhava sob a supervisão de outrem que substituíria a autoridade senhorial (MACHADO, 2004, p.17).

Em ambas as formas de trabalho os escravos poderiam trabalhar tanto fora (nas ruas) quanto dentro de casa, prestando uma variada gama de serviços, tais como carregadores, padeiros, lavadores de pratos, limpadores de trilhos, coletores de lixo, cozinheiros, lavadeiras, sapateiros, amas de leite, vendedores etc. (SANTOS, 2009).

Existia uma segmentação entre as atividades, os cativos mais qualificados ganhavam mais do que os que ofertavam apenas o esforço físico. Assim carpinteiros, padeiros, alfaiates eram mais bem remunerados do que os carregadores e lavadores de pratos por exemplo. Apesar da diferenciação na remuneração, existia nas cidades espaço para todos os tipos de trabalho, uma vez que nas sociedades escravistas era difundida a crença de que o trabalho manual era indigno, sendo assim estava enraizado nos habitantes a percepção de que o trabalho era uma atividade ignóbil e por isso muitos recorriam aos cativos para realização das atividades.

Sendo assim, os escravos eram considerados artigos de luxo que permitiam aos senhores uma vida ociosa e com grande dedicação ao lazer (SOARES, 2007). “No meio urbano a maioria dos senhores possuía de um a três escravos, o Rio de Janeiro não era exceção” (BATISTA, 2008, p.9).

Aqueles que não possuíam cativos próprios, acabavam por recorrer ao aluguel de negros para suprir a necessidade de trabalho manual. Sendo assim, “o aluguel de escravos era, [...] muito utilizado no serviço doméstico, que constituía um dos espaços de trabalho que mais concentrava cativos alugados, sobretudo na segunda metade do século XIX” (SOUZA, 2017, p.207). Dado que existia uma grande variedade de serviços domésticos que necessitavam ser realizados nas casas urbanas, fazia-se quase necessária a presença dos cativos dentro das casas nas cidades, fossem estes escravos próprios ou de aluguel. “Os escravos domésticos, com predominância das mulheres, formavam o maior contingente da população cativa do Rio de Janeiro” (SOARES, 2007, p.107).

Os escravos domésticos eram tratados com maior apreço pelos seus senhores, uma vez que estes viviam sob o mesmo teto. Estes cativos responsáveis pelos serviços internos da casa possuíam uma posição superior na hierarquia da população cativa. Dentre estes cativos internos estavam os cozinheiros, lavadeiras, engomadeiras, os responsáveis pela limpeza e também os cativos com posição

superior que eram os mordomos, as governantas, os camareiros e camareiras, as amas-secas, as amas de leite e as mucamas. “Estes escravos domésticos não só eram mais bem tratados, como tinham roupas e alimentação de melhor qualidade” (SOARES, 2007, p.114)

Segundo Souza (2017), ao analisar o *Jornal do Commercio*, uma parcela significativa dos anúncios de trabalho estava à procura ou anunciando cativos urbanos para afazeres domésticos. Nas palavras da autora “em levantamento feito na seção de anúncios do jornal é possível observar que a maioria das demandas publicadas em relação ao mundo do trabalho se referia ao serviço doméstico”.

Em 1872, realizou-se um censo em que foi identificado que de todo o contingente de escravos quase 50% estava alocada no serviço doméstico (SOUZA, 2017). De acordo com Souza,

em seus relatos sobre uma experiência com escravos alugados, Expilly destacou os anúncios como o recurso mais disseminado e utilizado por aqueles que procuravam ou ofereciam um escravo alugado para o serviço doméstico. Segundo o viajante francês, no Brasil, os jornais preenchiam um papel importante não apenas para demandas comuns de uma economia mercantil que se industrializava e se tornava mais financeira, mas favoreciam transações que serviam aos interesses particulares e familiares da sociedade, como era o caso das buscas e ofertas de criados de servir (SOUZA, 2017, p.208).

Porém, apesar do trabalho doméstico ser muito comum, na maioria dos casos um mesmo escravo realizava mais de um tipo de trabalho. Sendo assim, poderiam realizar tanto os afazeres domésticos quanto atividades de ganho nas ruas ou outros tipos de serviço incluindo a locação de trabalho.

Nas cidades também se fazia comum a presença de escravos nas indústrias e manufaturas. Segundo Soares (2007) “no Rio de Janeiro, não existiam grandes indústrias, empregando muitos escravos, tal como acontecia no Sul dos Estados Unidos antes da guerra Civil” (SOARES, 2007, p.146). Eram mais comuns na cidade fábricas médias e pequenas que empregavam em torno de 15 trabalhadores.

Em meados do século XIX o Rio de Janeiro experimenta certo crescimento industrial, nesta época houve propagação de oficinas artesanais e industriais. Até o início dos anos 1840, os proprietários das oficinas e indústrias recrutavam exclusivamente escravos para o trabalho, devido ao consenso de que o trabalho

manual era ignóbil e também pela grande aversão dos demais setores da população (SOARES, 2007).

Segundo Soares (2007) o emprego de escravos em oficinas e indústrias pressupunha que eles fossem qualificados e conhecessem minimamente os segredos dos seus ofícios manuais, principalmente oficinas onde o trabalhador era responsável por todas as etapas do processo. Ainda segundo o autor, nas indústrias, de maior parte, os cativos experimentavam maior divisão do trabalho e sendo assim acabavam realizando tarefas mais especializadas, nestas havia também máquinas rudimentares que exigiam certa força física.

A presença de escravos também era comum nos serviços públicos como limpeza urbana, iluminação da cidade, nas obras públicas e nos transportes de carga e passageiros. Serviços estes que poderiam ser realizados por escravos próprios do governo, escravos de ganho que ofereciam seus serviços ou de escravos de aluguel.

Como vimos, o sistema de escravidão urbana era distinto da escravidão rural, a principal diferença, além do teor dos trabalhos, era a liberdade e autonomia que os escravos das cidades possuíam. Nas cidades os escravos gozavam de maior liberdade para ir e vir. “Tanto o sistema de aluguel quanto o de ganho proporcionava ao escravo uma sensação de liberdade, pois estando longe de seus senhores esses cativos criavam um ambiente próprio” (BATISTA, 2008, p.6).

No ganho em especial apesar do escravo ser propriedade de seu senhor, este poderia oferecer seu trabalho no mercado e receber um “salário”, podia também morar sozinho em certas ocasiões, desde que a despesa fosse por sua conta. Este arranjo era benéfico tanto para o escravo, que experimentava certa liberdade, quanto para o proprietário que poderia se eximir dos custos de sustentar o cativo sob seu teto (HONORATO, 2008).

3.5 ESCRAVIDÃO FEMININA

“Apesar da maior parte da historiografia sobre o escravismo ser construída em cima do escravo homem, a questão do trabalho escravo feminino, sobretudo o trabalho doméstico, é inseparável da própria noção de escravidão” (CARVALHO, 2003, p.46).

As estruturas culturais sempre tiveram grande influência sobre a divisão do trabalho no que diz respeito a gênero. “Regra geral, qualquer que fosse sua classe, uma mulher estava abaixo de todos os homens da mesma condição” (CARVALHO, 2003, p.43). Sendo assim, historicamente as atividades pouco honrosas eram dadas a mulheres, independentemente de sua condição, livre ou escrava. A divisão sexual do trabalho antecede a condição social e econômica do agente (CARVALHO, 2003). Exemplo disso são os trabalhos domésticos e de vendas nas ruas, considerados desonrosos, na maioria das vezes atribuídos a mulheres.

As funções que eram geralmente atribuídas aos homens eram mais bem remuneradas que os serviços femininos, chegando a pagar até duas vezes mais. A rentabilidade variava de acordo com a atividade desenvolvida pelo escravo, também eram fatores para remuneração a idade, saúde e habilidades do cativo. Pagava-se em torno de 330 réis a diária de uma ama de leite, 400 em um carregador de cadeiras, 240 em uma lavadeira ou engomadeira (SOARES, 1996).

As atividades do pequeno comércio eram realizadas predominantemente pelas mulheres. “Na maioria dos casos, as donas desses estabelecimentos eram mulheres, ser vendedor era também quase exclusividade desse sexo” (MACHADO, 2004, p.16).

Estas mulheres trabalharam vendendo produtos como sal, fumo, aguardente, peixes frescos, hortaliças etc. Conhecidas como vendeiras, as escravas de ganho que vendiam seus artigos nas ruas se integravam ao comércio local das cidades. “Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo” (SOARES, 1996, p.62).

“Essas escravas que trabalhavam nas ruas como vendeiras eram as mais subjugadas pelos códigos patriarcais de conduta que julgava tantas vezes “impura” a

mulher que transitava no espaço urbano, muitas vezes sendo ela vinculada à figura de prostituta, aos “maus costumes” (COSTA e RIBEIRO, 2015, p.10). Isso porque o trabalho nas ruas não só das escravas, mas das mulheres livres também, era alvo de julgamento moral, sua presença no meio urbano era largamente censurada. Dada a não aceitação das mulheres nas ruas, muitas vezes se recorria as cativas para realizar estes serviços, uma vez que estas não tinham opção e tampouco valor. Carvalho (2003) cita em sua obra que devido à prostituição, atividade comum nas cidades, a lei decidia por limitar a livre circulação feminina nas ruas. Sendo assim, era característico mulheres de mais alta posição socioeconômica não circularem nas ruas, o que deixava a cargo das escravas realizar todas as atividades de rua além dos serviços domésticos que já lhes era comum. Segundo Costa e Ribeiro (2015),

o trabalho feminino, não só da cativa, mas o da mulher livre também, no meio urbano, era delimitado por uma moral que julgava sua participação no meio público, o homem era visto como o ser da vida pública, e não a mulher, ainda mais sendo ela uma escrava, por isso sua participação na vida urbana era julgada e muitas vezes repudiada; talvez, seja por isso que a mulher cativa acaba sendo mais procurada para trabalhos na rua, ela era escrava, tinha menos escolhas, já era por si só vista alguém de menor (ou nenhum) prestígio. Além disso, vale salientar que o espaço destinado para a mulher no mundo do trabalho era, normalmente, relacionado a questões do lar, ou trabalhos que a colocavam sob “a subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocavam desde sempre à margem de qualquer processo decisório” (COSTA e RIBEIRO, 2015, p. 10 e 11).

O mundo do trabalho para as mulheres era majoritariamente circunscrito ao interior do lar. Sendo assim, estima-se que a maioria das escravas nas cidades exerciam trabalhos domésticos. Segundo Batista (2016), em pesquisa realizada em periódicos na cidade de Juiz de Fora (MG), os anúncios publicados tinham preferência por escravas para realização das ocupações domésticas (lavadeiras, amas de leite, criadas etc.).

Nas sociedades escravistas, “havia escravas treinadas para estas funções, permitindo a permanência da sinhá no lar, fosse por escolha própria ou pelas imposições patriarcais que limitavam o acesso das mulheres honradas à rua” (CARVALHO, 2003, p.47).

Estima-se que no Rio de Janeiro, durante o século XIX as famílias ricas possuíam por volta de 10 escravos dentro de casa, as famílias médias abastadas 5

e as pobres 1 ou 2. Em recenseamento realizado em 1872, dos 37.567 cativos na cidade, 20.825 eram cativos empregados em serviços domésticos, sendo que deste número 12.727 eram mulheres, ou seja mais de 60% (SOARES, 2007).

Dentro do ambiente doméstico, nas famílias mais abastadas era comum a especialização das cativas e cativos em alguns serviços domésticos, já nas famílias mais pobres era comum estes realizarem mais de uma atividade (SOARES, 2007).

Nas atividades internas consideradas inferiores podemos encontrar mulheres cozinheiras, copeiras, costureiras, lavadeiras, engomadeiras, responsáveis pela limpeza etc. Dentre estas atividades, destacamos as cozinheiras e costureiras que eram bastante valorizadas, tanto devido as suas habilidades quanto pelo fato de serem facilmente vendidas ou alugadas. Nas atividades internas consideradas superiores podemos encontrar mulheres governantas, camareiras, ama secas, amas de leite, mucamas etc. Dentre estas atividades há um destaque especial para as amas e mucamas (SOARES, 2007).

“Nas casas mais abastadas, as mucamas tinham funções mais precisas. Geralmente, serviam como damas de companhia das senhoras e das moças, auxiliando-as a se vestirem ou nas suas costuras e bordados” (SOARES, 2007, p.114). Estas cativas podiam também servir como amas secas, cuidando dos filhos de seus proprietários. Algumas dessas mucamas quando davam à luz também poderiam ser usadas como amas de leite, para amamentar os filhos dos seus senhores (SOARES, 2007).

As amas de leite em geral eram escravas perto de dar à luz, ou recém paridas, com reduzida capacidade de trabalho. Portanto a única utilidade dessas negras seria a amamentação das crianças brancas. Estas podiam ser utilizadas na casa de seus senhores, caso estes tivessem crianças pequenas, ou então alugada a terceiros (TELLES, 2011).

Devido à proximidade das amas com as crianças de seus proprietários, estas eram mais consideradas que os demais cativos, mas ainda assim eram escravas, que na maioria das vezes eram obrigadas a dividir o leite de seus filhos com as crianças brancas, ou então deixar de alimentar seus filhos para alimentar os filhos de seu senhor. “A ama de leite era um objeto. Um objeto muitas vezes querido, mas ainda assim um objeto” (CARVALHO, 2003, p.64). Sobre a naturalidade da presença das amas de leite nas casas Alencastro (2011) comenta,

como na Europa e na América do Norte, o recurso das amas de leite parecia ser bastante comum no Império. A ponto de um articulista do *Ostensor Brasileiro*, jornal quinzenal publicado na corte, escrever, em 1845: “Não se encontrarão em todo o Império cinco mães que pertencendo à classe elevada, aleitem seus filhinhos [...] não se encontrarão dez na classe média [...] não será coisa fácil apontar vinte na classe baixa (ALENCASTRO, 2011, p.63).

Depois de 1850, o aluguel das amas de leite foi um recurso muito usado pelas famílias mais ricas. Sempre foram comuns as cativas neste serviço, mas após a diminuição de escravos na cidade o aluguel desta categoria passa por uma verdadeira especulação.

“As mucamas que tomavam conta dos filhos dos senhores ou aquelas que os amamentavam ficaram na memória e nas tradições do povo brasileiro como as “mães-pretas” e as “mães-de-leite”, respectivamente” (SOARES, 2007, p.116).

Conforme já comentado, existia uma maior intimidade entre os cativos domésticos e seus proprietários, o que poderia ser algo benéfico ao escravo nos casos de alforria concedida ou do favorecimento nas atividades que lhes eram destinadas. Porém, em contraponto para as escravas, a proximidade com seus senhores em alguns casos não era tida como vantagem, devido aos abusos sexuais aos quais a cativa estava suscetível.

“No espaço doméstico, a proximidade física era inevitável. [...] O nascimento de crianças mestiças era a prova material da infidelidade” (CARVALHO, 2003, p.65) dos homens da casa com as cativas e muitas dessas relações entre senhor e escrava não eram consentidas. “Não era sem razão que no terreno sexual, muitas sinhás percebiam as cativas como concorrentes” (CARVALHO, 2003, p.66). Muitas vezes as cativas eram mantidas em cativeiro dentro das casas, na tentativa de evitar o contato das negras com os homens da casa:

“Para as negras, portanto, a situação era extremamente dura. Sobreposta à condição escrava, pesavam exigências morais específicas da condição feminina numa sociedade patriarcal” (CARVALHO, 2003, p.66).

O cativeiro dentro das casas além de tentar impedir o contato dos senhores com as escravas, tinha por objetivo limitar o acesso das cativas às ruas, devido a prostituição, para que estas mulheres não fossem taxadas de prostitutas.

Os senhores, sobretudo os mais ricos, tinham por costume confinar boa parte de seus escravos, principalmente as mulheres, para que estes não tivessem contato

com o mundo exterior. Isso porque as ruas eram consideradas um local impróprio para mulheres (SOARES, 2007). Porém, em oposição existiam os senhores que submetiam suas cativas a exploração sexual como forma de renda. Em outros casos existiam também escravas de ganho que ofereciam serviços sexuais nas ruas, para conseguir pagar as diárias.

A prostituição, no caso feminino, e a mendicância, no caso masculino, faziam partes das atividades de exploração dos escravos no Rio de Janeiro do século XIX. Sobre a prostituição feminina Soares (2007) comenta,

a prostituição feminina é um fenômeno muito antigo na história brasileira. Desde os mais remotos tempos no Brasil Colonial, o hábito de senhores obrigarem suas escravas à prostituição foi bastante comum nas diversas cidades brasileiras. As escravas se viam obrigadas a concorrer com as prostitutas livres (SOARES, 2007, p.176).

Na prostituição havia mulheres de primeira ordem, em sua maioria mulheres estrangeiras, que serviam aos homens mais ricos, as mulheres de segunda ordem, negras ou portuguesas, que serviam as classes médias das cidades e por último as mulheres de terceira ordem que serviam as mais baixas categorias, e em geral, eram também de mais baixa condição social. Neste terceiro grupo era mais comum encontrar escravas (SOARES, 2007).

No século XIX, a prostituição se tornou tão sem escrúpulos que aos proprietários de escravas chegavam a anunciar no *Jornal do commercio* os serviços de suas escravas (SOARES, 2007).

Podemos afirmar que o trabalho escravo feminino nas cidades possuía muitas faces, algumas mais vantajosas para as cativas e outras completamente atroz. Porém, seja como mucama ou como prostituta estas cativas sempre carregavam o peso de além de escravas serem mulheres em uma sociedade totalmente patriarcalista.

4. ESCRAVAS DE ALUGUEL NOS ANÚNCIOS DO JORNAL DO COMMERCIO

De longa data, os anúncios de jornais contendo escravos têm sido alvo de interesse de estudos que se dedicam a entender a escravidão em espaços urbanos. Gilberto Freyre em sua obra *O escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX*, em 1961, foi pioneiro em utilizar esta fonte histórica (SOTT, 2016).

O presente texto realizou uma pesquisa nos anúncios de jornal, estudando tais documentos históricos para poder caracterizar a escrava urbana no Rio de Janeiro entre 1830 e 1850. Para atingir o objetivo foram realizadas pesquisas nos anúncios do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro entre os anos de 1830 e 1850.

O *Jornal do Commercio* foi de grande importância em diversas províncias do Brasil durante anos, no Rio de Janeiro circulou de 1827 a 2016, como principal jornal da cidade. O conteúdo completo das edições de 1827 a 1890 do *Jornal do Commercio*, estão disponíveis online no site Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>).

A escolha do *Jornal do Commercio* foi feita pois, este foi de grande importância em diversas províncias do Brasil durante anos e no Rio de Janeiro circulou de 1827 a 2016. Um outro ponto crucial para a escolha desse periódico como meio de pesquisa foi o volume de anúncios de cativos disponíveis no período analisado.

A seção de anúncios do Jornal compunha uma espécie de “classificados” trazendo uma mistura de informações sobre compra, venda e aluguel de escravos, em meio a outros anúncios de móveis, imóveis, serviços e alimentos à venda. A maioria dos anúncios sobre escravos se localizava nas últimas duas das quatro páginas do jornal.

Na presente pesquisa foram analisadas 42 edições do *Jornal do Commercio*, sendo 2 de cada ano do período de 1830 a 1850. Nestas edições, analisou-se todos os anúncios de aluguel e venda contidos na sessão de anúncios do jornal, totalizando 446 anúncios nas 42 edições. Na análise realizada foram desconsiderados todos os anúncios de fuga e compra de escravos.

Nas 42 edições do *Jornal do Commercio* analisadas encontramos anúncios de venda, aluguel e compra de escravos, sendo que para o objetivo desta pesquisa

os anúncios de compra não foram considerados. Assim, dentre as edições pesquisadas, analisamos 446 anúncios, dos quais 279 (63%) eram de venda, 164 (37%) de aluguel e 3 (1%) de venda ou aluguel (os escravos podiam ser comprados ou alugados).

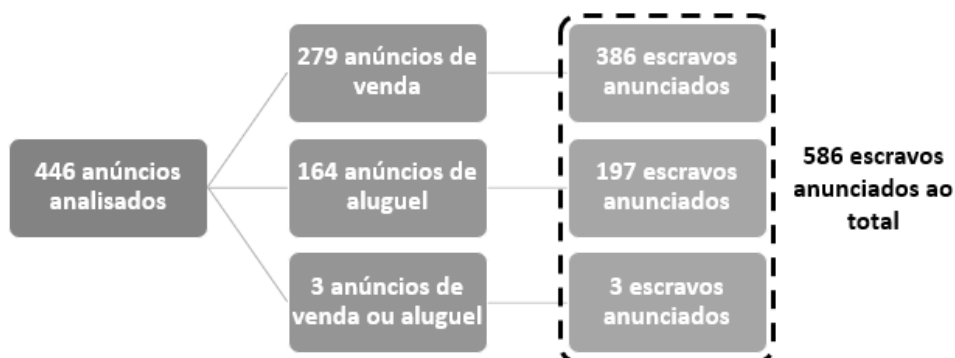


Figura I – Anúncios analisados por tipo (1830-1850)

Fonte: elaborado pela autora

Durante a pesquisa notamos que diversos anúncios colocavam a disposição mais de um cativo. Sendo assim, nos anúncios de venda havia 386 escravos e escravas colocados há disposição (média de 1,4 cativos por anúncio); nos de aluguel 197 (média de 1,2 escravos por anúncio); e nos de venda ou aluguel 3 (1 escravo por anúncio). Dessa forma, nas 446 publicações analisadas temos um total de 586 escravos para aluguel e/ou venda.

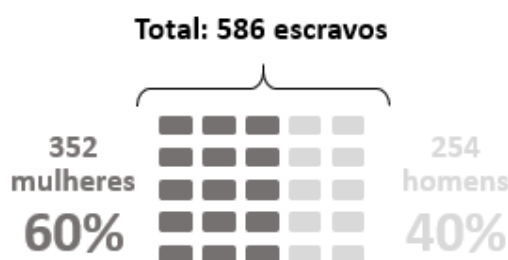


Figura II – Escravos oferecidos nos anúncios por gênero

Fonte: elaborado pela autora

Do total de 586 escravos presentes nos anúncios analisados, 352 (60%) eram mulheres e 234 (40%) eram homens, corroborando a ideia presente na bibliografia de que a presença das escravas nas cidades era bastante significativa, chegando a representar maioria.

Nem todos os anúncios traziam informações sobre a idade dos escravos. Do material analisado, 28% (125 anúncios) informava a idade, o que nos permitiu

calcular a média de idade dos escravos anunciados. Tanto para homens quanto para mulheres, à venda ou para alugar, a média era de 16 anos.

Muitas vezes, o proprietário não sabia com precisão, a idade do escravo ofertado, como podemos notar neste anúncio de 16 de junho de 1830:

"Vende-se huma bonita crioula de 18 annos, boa costureira, e com mais algumas prendas, e hum rapaz de 17 a 19 annos, cosinheiro, de boa figura, na rua da Quitanda sobrado n. 242, ambos sadios, o que se afiança." (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 16/06/1830, Ed. 133).

Como nosso objetivo é caracterizar a escrava de aluguel na cidade do Rio de Janeiro, demos maior importância a duas categorias de anúncios, os anúncios de aluguel e os anúncios de aluguel ou venda.

Os anúncios de aluguel são aqueles onde os escravos eram oferecidos somente para aluguel e os anúncios de aluguel ou venda, são aqueles onde os escravos podiam ser comprados ou alugados, como este, presente na edição de 19 de fevereiro de 1834:

"Aluga-se ou vende-se huma boa preta ama de leite, que sabe cozinhar, e lavar perfeitamente; na rua Nova do S. Bento n.43" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 19/02/1834, Ed. 040).

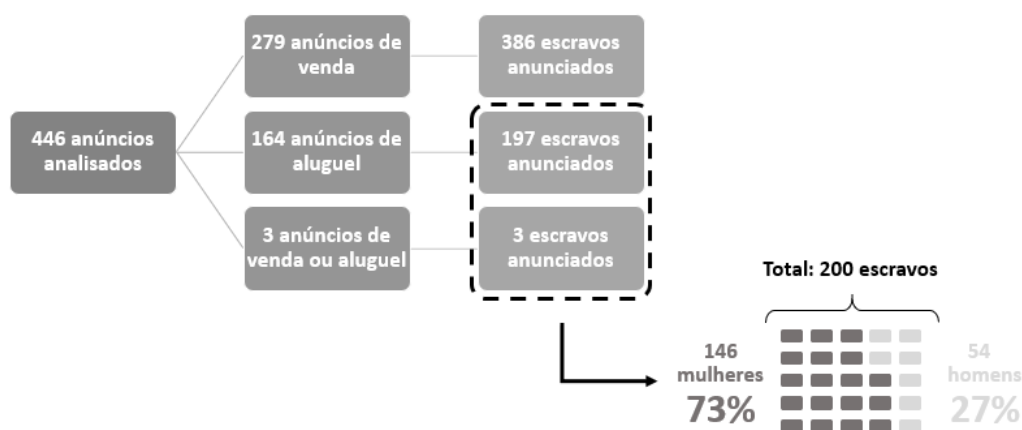


Figura III – Anúncios de aluguel e venda ou aluguel por gênero
Fonte: elaborado pela autora

Dentre os anúncios de aluguel e venda ou aluguel temos um total 200 escravos dos quais 146 (73%) eram mulheres e 54 (27%) eram homens, mostrando, assim, a presença majoritariamente na escravidão urbana de aluguel

Das 146 cativas anunciadas ao aluguel e aluguel ou venda, encontramos algumas ocupações mais comuns como amas de leite, lavadeiras e engomadeiras, e mulheres que desempenhavam mais de uma atividade doméstica.

Ocupação de escravas de aluguel Rio de Janeiro (1830-1850)		
Ocupação	Qtde	%
costureira	4	3%
lavadeira / engomadeira	21	14%
cozinheira	10	7%
mucama	11	8%
ama de leite	55	38%
ama	2	1%
desempenha mais de uma ocupação dentro de casa	34	23%
s/ especificação	9	6%
Total	146	100%

Tabela I – Ocupação das escravas de aluguel segundo análise dos anúncios do *Jornal do Commercio* – (1830 – 1850)

Fonte: elaborado pela autora

Ocupação de escravos de aluguel Rio de Janeiro (1830-1850)		
Ocupação	Qtde	%
pedreiro	1	2%
cocheiro	3	6%
cozinheiro	20	37%
padeiro	2	4%
roça	6	11%
serviço braçal	2	4%
desempenha mais de uma ocupação dentro de casa	8	15%
marceneiro	1	2%
pagem	2	4%
s/ especificação	9	17%
Total	54	100%

Tabela II – Ocupação dos escravos de aluguel segundo análise dos anúncios do *Jornal do Commercio* – (1830 – 1850)

Fonte: elaborado pela autora

Assim como para as mulheres, no caso masculino as ocupações mais comuns que encontramos nos anúncios eram as ocupações domésticas, no entanto, verificamos que eles possuíam também outras ocupações/qualificações: eram cocheiros, padeiros, trabalhadores de roça, marceneiro, pedreiro. No caso de trabalhadores domésticos, chama a atenção que 20 deles (37% dos escravos homens anunciados para aluguel) eram cozinheiros, ao passo que apenas 10 (7%)

das escravas anunciadas para aluguel eram cozinheiras. É importante, notar, no entanto, que podia haver cozinheiras e cozinheiros entre aqueles que classificamos como “desempenha mais de uma ocupação dentro de casa”.

Como já demonstrado pela bibliografia, sabemos que a escravidão urbana, inclusive no Rio de Janeiro, contava com a forte presença dos escravos de aluguel que, em grande maioria, executavam atividades domésticas. No século XIX, a prática do aluguel de escravos se torna comum nas cidades, se incorporando à dinâmica econômica. Estes cativos prestavam serviços temporariamente a outrem e eram fonte de renda monetária para seus proprietários. Esses escravos desempenhavam as mais diversas atividades tais como carregadores, padeiros, cocheiros, cozinheiros, lavadeiras, sapateiros, amas de leite, vendedores etc.

De acordo com as publicações analisadas (tabela I) podemos dizer que as escravas de aluguel exerciam majoritariamente ocupações domésticas e dentre estas podemos destacar como mais presentes as amas de leite, as lavadeiras/engomadeiras, as mucamas e as cozinheiras.

As amas de leite eram escravas recém paridas ou prestes a parir que alimentavam as crianças dos senhores de escravos com seu leite. Podemos chamar atenção para esta categoria, dado que das 146 escravas ao aluguel em nossa análise, 55 (38%) eram amas de leite. Nos anúncios estas escravas eram por vezes colocadas em destaque formando sessões só de amas de leite (figura IV).

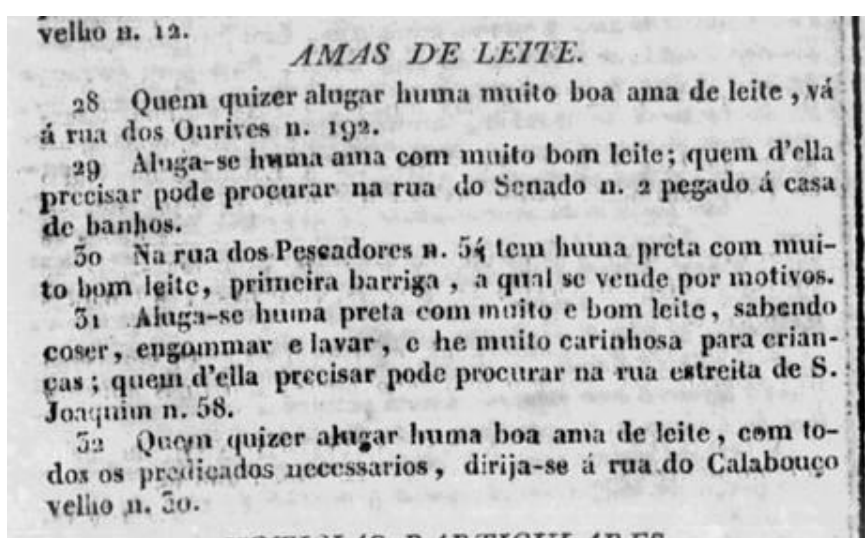


Figura IV – Anúncios de amas de leite - Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 17/09/1831, Ed. 013.

Os anúncios de amas de leite raramente informavam a idade da cativa, o que dá a entender que a idade neste caso não era uma variável que interferia no preço. As informações mais comuns nestes anúncios eram sobre a quantidade e qualidade do leite da ama. Os anúncios também chamavam a atenção para as características de ordem afetiva, como ser “muito carinhosa para crianças” ou ter “todos os predicados necessários”. Além disso, as amas de leite podiam também executar trabalhos domésticos juntamente com a tarefa de amamentação “aluga-se uma preta com muito bom leite, sabendo coser, engommar e lavar”.

As mucamas eram em sua totalidade mulheres que faziam companhia as suas senhoras. Já as lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras dividiam a ocupação com os homens que também poderiam realizar estas mesmas atividades, porém em menor número que as mulheres. No anúncio de 14 de novembro de 1845, o proprietário oferece ao aluguel uma mucama que sabe fazer alguns serviços de casa e também “é muito carinhosa”:

"Aluga-se uma preta, mucama recolhida, que sabe lavar, engommar perfeitamente e cozinhar o trivial de uma casa, e muito carinhosa; na rua da Alfandega n.57" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 14/11/1845, Ed. 310).

Dado que em esmagadora maioria as mulheres escravas nas cidades realizavam serviços domésticos, podemos chamar atenção para os anúncios que informavam que estas realizavam serviços “porta adentro” e eram “recolhidas” ou seja, não tinham por costume os serviços nas ruas.

"Aluga-se huma preta, para portas adentro; na rua do sabão n. 67" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 23/01/1841, Ed. 020).

"Aluga-se, na rua da Alfandega n. 7 huma escrava moça, para o serviço de portas adentro; sabe coser e fazer todo o arranjo de huma casa, e he muito carinhosa para crianças" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 11/01/1840, Ed. 009).

"Aluga-se huma boa ama recolhida, com leite novo, sabendo tratar mui bem de huma criança: na rua dos Quarteis de Bragança n. 23, segundo andar" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 01/08/1835, Ed. 166).

Segundo Telles (2018), a reclusão e o pouco contato com a rua eram qualidades eram qualidades que valorizavam as cativas, por isso, a expressão “ama

recolhida”. Nestes anúncios, muitas vezes o proprietário enfatizava que a cativa alugada não deveria sair à rua,

“Aluga-se uma parda mucama sabendo todos os serviços próprios para uma casa, menos cozinhar e sahir à rua; quem quiser dirija-se à rua da Guarda Velha n.37, sobrado” (Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24/04/1846, Ed. 113).

"Aluga-se huma preta para casa de família, sabendo lavar e engomar e com condição de não sahir a rua; na rua do Valongo n. 23" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 12/08/1840, Ed. 212).

Conforme observado por Sott (2016) em seu trabalho *Representações de escravos na seção de anúncios do jornal a imprensa de Cuyabá*, os anúncios traziam aspectos físicos, da personalidade e qualidade profissional dos cativos na intenção de enaltecê-los, para que parecessem mais atrativos aos leitores e pudessem ser vendidos com maior facilidade ou por maior preço.

Nos anúncios de escravas podemos perceber a repetição de termos como “carinhosa”, “educada”, “recolhida”, “elegante”, remetendo as características comportamentais da cativa.

"Aluga-se huma muito boa ama com muito e bom leite, mocamba de casa, muito carinhora para crianças, sabendo lavar, engommar e coser, tudo com muita perfeição: na rua do Sr. dos Passos n. 70" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 21/04/1837, Ed. 088)

"Aluga-se, para casa de familia ingleza, huma rapariga preta, mocamba, de muito boa conducta, o que se afiança; na rua de Santo Antonio n.22" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 06/02/1839, Ed. 030).

E termos como “ linda preta”, “boa figura”, “bem feita”, “corpolenta”, “bonita” remetendo as características físicas associadas à aparência:

"Vende-se huma preta de boa figura, com as habilidades seguintes: sabe lavar de barrella muito bem, engommar liso, coser muito bem, e cozinhar o ordinario de huma casa, sem molestia, nem vicio algum: procure na rua dos Ourives n. 151" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, terça-feira, 22/02/1831, Ed. 154).

"Vende-se huma rapariga de idade de 16 a 18 annos, bonita figura, corpolenta, e bem educada, sabe coser bem, lavar, engommar, e fazer com aceio todo o

serviço interior de huma casa, por ter sido sempre recolhida; ha mais outra com as mesmas habilidades, e de mais he boa rendeira, e cozinheira, porem tem menos corpo; ha outra que lava de sabao e barrella, engomma, e cozinha, arranja bem huma salla, e huma mesa com desembaraço, não tem molestias nem vicios, o que se afiançara; quem as predenter vá a rua do Sabão n. 291; advertindo que se vendem por necessidade de acudir a huma letra." (Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, sábado, 02/01/1830, Ed. 001).

"vende-se huma linda preta, perfeita lavadeira, engommadeira e cozinheiro; na rua da Alfandega n.170" (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 23/01/1841, Ed. 020).

Diferentemente das mulheres os homens tinham suas características enaltecidas em prol de sua força e saúde, sendo comuns os termos “sadio”, “forte”, “reforçado”.

"Quem quizer comprar hum preto de nação Mina, muito forte, e sadio; procure na prisão do Calabouço, e para se ajustar na rua do Ouvidor n .253" (Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 16/06/1830, Ed. 133)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os anúncios de jornais permitem ao historiador reconstruir através da imprensa, um passado que por muitas vezes é esquecido” (SOTT, 2016, p. 11). O tema aqui abordado, fez uso dos anúncios do *Jornal do Commercio* como uma fonte de informações históricas para resgatar o contexto social e econômico a que as escravas urbanas no Rio de Janeiro estavam submetidas no período de 1830 a 1850.

A presente pesquisa nos permitiu analisar aspectos da escravidão urbana, evidenciando a forte presença de mulheres escravas, especialmente no que diz respeito aos cativos que eram colocados para alugar.

Antes das inovações de infraestrutura urbana que iriam surgir nas cidades no final e início do século, como a água e esgoto encanados, o serviço doméstico era muito extenso e dificultoso. Cabia às mulheres todo o serviço que gravitava em torno da casa e que era necessário para o seu funcionamento, tais como trato de animais, processamento de farinha, toucinho, banha, sabão, atividades de complementação vitais à manutenção do grupo doméstico. Às mulheres ainda cabia buscar água nas fontes públicas e jogar os dejetos domésticos para longe de casa. A grande variedade de funções do trabalho doméstico quase impunha a necessidade de que houvesse criadas escravas na casa. Assim, o aluguel de mulheres que executavam serviços domésticos constituiu-se em fonte de renda monetária para os senhores de escravos urbanos.

Escravas eram alugadas para amamentar e pajear as crianças dos senhores, para limpar casas, para engomar, para cozinhar, para lavar roupas..., mas, além de suas qualificações “técnicas” relacionadas diretamente ao desempenho da tarefa, eram também destacadas competências emocionais, especialmente aquelas ditas como femininas, além de atributos físicos relacionados à beleza. Estudar a escravidão de aluguel nas cidades brasileiras do século XIX, portanto, é estudar aspecto importante da história das mulheres negras no Brasil.

FONTES

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 02/01/1830, Ed. 001
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 16/06/1830, Ed. 133
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, terça-feira, 22/02/1831, Ed. 154
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 17/09/1831, Ed. 013
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 14/04/1832, Ed. 180
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22/08/1832, Ed. 019
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 20/02/1833, Ed. 047
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quinta-feira, 19/12/1833, Ed. 290
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 19/02/1834, Ed. 040
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 07/06/1834, Ed.125
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 06/06/1835, Ed. 125
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 01/08/1835, Ed. 166
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 09/01/1836, Ed. 006
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quinta-feira, 05/05/1836, Ed. 099
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 18/03/1837, Ed. 063
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 21/04/1837, Ed. 088
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 17/01/1838, Ed. 013
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, terça-feira, 05/06/1838, Ed. 125
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 06/02/1839, Ed. 030
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 03/05/1839, Ed. 100
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 11/01/1840, Ed. 009
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 12/08/1840, Ed. 212
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 23/01/1841, Ed. 020
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 16/06/1841, Ed. 152
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14/01/1842, Ed. 013
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quinta-feira, 06/10/1842, Ed. 266
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 08/02/1843, Ed. 037
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 26/05/1843, Ed. 141
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, segunda-feira, 29/01/1844, Ed. 027
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, terça-feira, 21/05/1844, Ed. 135
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quinta-feira, 20/02/1845, Ed. 050

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 18/04/1845, Ed. 103
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quinta-feira, 29/01/1846, Ed. 029
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24/04/1846, Ed. 113
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado, 01/05/1847, Ed. 120
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, terça-feira, 03/08/1847, Ed. 213
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, quarta-feira, 09/02/1848, Ed. 040
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, domingo, 18/06/1848, Ed. 168
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 02/02/1849, Ed. 033
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, segunda-feira, 12/03/1850, Ed. 296
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, terça-feira, 29/10/1850, Ed. 071

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Vida privada e ordem privada no império**. In: História da vida provada no Brasil; 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Os registros da polícia e seu aproveitamento para a história do Rio de Janeiro: escravos e libertos**. In: Revista de história. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

BATISTA, Caio da Silva. **Aspectos da escravidão urbana: escravos ao ganho e de aluguel, comércio de cativos e demografia**. In: 6º Conferência Internacional de História Econômica. São Paulo: ABPHE, 2016. p. 1-22.

BATISTA, Caio da Silva. **A escravidão urbana em duas cidades do século XIX: Santo Antônio do Paraibuna e Rio de Janeiro**. Juiz de Fora, Anais do II Colóquio do Lahe, 2008.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. In: Revista Estudos Feministas Vol. 8, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. In: Afro-Ásia, 29/30, 2003, Salvador.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira e RIBEIRO, Nathália Saraiva. **Escravas de ganho e senhoras das matas: perspectivas do trabalho feminino escravo e negro na cidade de Manaus 1854/1884**. Curitiba, 7º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo**. In: História da cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889 Vol. 2 , 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

PAIXAO, Marcelo e GOMES, Flávio. **Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação**. In: Revista Estudos Feministas Vol. 16, 2008.

RODRIGUES, Jaime. **O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão**. In: O Brasil imperial, vol. 2 – 1831-1870. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Escravidão urbana no mundo atlântico. Um exame historiográfico sobre Rio de Janeiro e Havana (c. 1790-1850)**. In: 4º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009, Curitiba.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Um exame crítico sobre a historiografia da escravidão urbana no Rio de Janeiro e Havana**. In: Revista Landa Vol. 5 nº1, 2016.

SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

Soares, Cecília Moreira. **As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX**. Afro-Ásia (17), Salvador, CEAU-UFBA, 1996

SOARES, Luís Carlos. **As cidades escravistas brasileiras: algumas reflexões necessárias para os estudos de escravidão urbana**. Ouro Preto, Apresentação no seminário “Tendências contemporâneas da historiografia brasileira pelo Departamento de história de Universidade Federal de Ouro Preto, 1997.

SOARES, Luís Carlos. **“O povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana do Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ – 7 letras, 2007.

SOTT, Santierre Luis Krewer. **Representações de escravos na seção de anúncios do jornal a imprensa de Cuyabá**. Coxim, XIII Encontro regional de história, 2016.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do**

Rio de Janeiro, 1850 – 1920). Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2017.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Libertas entre sobrados. Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão**. São Paulo: Alameda, 2011.